Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91(CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)

CT-Rural: CÂMARA TÉCNICA DE _CONSERVAÇÃO E USO DA ÁGUA NO MEIO RURAL
CT-RN: CÂMARA TÉCNICA DE PROTEÇÃO E CONSERVAÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS
GRUPO DE TRABALHO – GT-MANANCIAIS

Ata da 20ª Reunião Ordinária - 09/03/2018 – 9-13 h (1º Workshop da Política de Mananciais)

Pontifícia Universidade Católica - PUC – Campinas - SP

Membros presentes	
Entidade	**Representante**
AFOCAPI / COPLACANA	Ricardo Dias Pacheco (T)
CATI	André L. X. Macedo Barreto (T)
CATI	Denis Herisson da Silva (T)
CATI	Henrique Bellinaso (T)
Cooperativa de HOLAMBRA	Petrus Weel (S)
Cooperativas de Holambra / HC2	Geraldo G. J. Eysink (T)
DAE S/A Jundiaí	Maria Carolina H. D. Simões (T)
Fundação Florestal	Luiz Sertório Teixeira (T)
IAC - APTA	Rinaldo de Oliveira Calheiros (T)
INEVAT	Cláudia Grabher (S)
IZ – APTA	João José A. de A. Demarchi (S)
PM de Atibaia	Marcos Roberto Albertini (S)
PM de Limeira	Dirceu Brasil Vieira (T)
PM Cordeirópolis	Fábio Luiz Cassiano (S)
PUC–Campinas	Luiza Ishikawa Ferreira (T)
SR de Rio Claro	João Primo Baraldi (T)

Membros Ausentes COM justificativa	
Entidade	**Representante**
CETESB	Maurício Magossi (S)
IAC - APTA	Isabella Clerici de Maria (T)
SANASA (CT-EA)	Ana Lúcia F. R. Vieira (R)

Membros Ausentes SEM justificativa	
Entidade	**Representante**
CIS - Itu	Reginaldo Pereira dos Santos (S)
Rotary Club de São Pedro	José F. Campos Ricardo (S)
SANASA	Natália F. Colasanti Perlette (S)
SR Mogi Mirim	Enéas Rodrigues (S)
Terceira Via	Nelson Luiz Neves Barbosa (S)
UNICAMP	André Munhoz de Argollo Ferrão (T)

Convidados / Inscritos	
Entidade	**Representante**
Imagem	Rafael Silva Nunes
CATI	Antônio Marcos Alves de Oliveira Marcelo Augusto Ewert
Consórcio PCJ	Guilherme A. Valarini
EDISONDAS Poços Artesianos	Letícia dos Santos Daleffe

Jaguatibaia	José Carlos Perdigão Ana Cláudia Oliveira de Souza José Cláudio Hofling
Agência PCJ	Sérgio Razera Leonardo L. Baumgratz Maria Eugênia Martins Marina Peres Barbosa Kaique Duarte Barreto Patrícia G. A. Barufaldi Bruna Juliani Fábio de Faria Coca
PM de Limeira	Ariane Fernanda dos Santos Raquel Schimidt
PM de Cordeirópolis	Vinícius Ricardo Barberi Bastos
PM Arthur Nogueira CMMA	Carlos Eduardo C. Pacheco Cláudio Luiz de Sá
PM de Campinas SVDS	Geraldo Andrade Paulo Ricardo Egydio Carvalho Neto Luiz Fernando Vogel Gabriel Dias Mangolini Neves Ana Paula Pelegrino
PM de Hortolândia	Paulo José Mancuso
PM de Jaguariúna	Aline Granghelli Catão
PM de Joanópolis	Vinícius Figueiredo
PM de Jundiaí	Ana Maria Martins R. P. Pires Carlos Eduardo Moraes Pereira Isabel Cristina Fialho Harder Renata Freire
PM de Piracicaba SEMAE	Dalva B. Camargo
PM de Rio das Pedras	Allan Yuric Frederici Funes Carlos Sicca Murio César Merloto
PM de Rio Claro	Miguel Madalena Milinski
PM de Salto SMA	Caio Henrique da Silva Bruno H. Pinheiro Carlos Henrique Russafa Miguel Erica Vanessa Maggiorini
PM de Saltinho	João Francisco de Lima Ariella M. de Oliveira Montebello
PM de Itatiba	Monica Del Nero
PM de Vinhedo	Rosângela A. M. Nogueira Grigolleto
SEMA	Evelise Moncaio Moda
TNC	Henrique Bracale
UNISAL - Dom Bosco	Sara Giandomingo
Convidada Voluntária	Helena B. Freire

(T) - Titular (S) - Suplente (R) - Representante

CT-Rural: CÂMARA TÉCNICA DE _CONSERVAÇÃO E USO DA ÁGUA NO MEIO RURAL
CT-RN: CÂMARA TÉCNICA DE PROTEÇÃO E CONSERVAÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS
GRUPO DE TRABALHO – GT-MANANCIAIS

Ata da 20ª Reunião Ordinária - 09/03/2018 – 9-13 h (1º Workshop da Política de Mananciais)

Pontifícia Universidade Católica - PUC – Campinas - SP

1. Pauta: Conforme consenso anterior, optou-se pela realização do 1º Workshop da Política de Mananciais em conjunto com a 20ª Reunião Ordinária do GT-Mananciais. **Reunião Ordinária** - A pauta, a convocação da reunião e os documentos anexos foram enviados antecipadamente por mensagem eletrônica para apreciação e sugestões de todos os membros. **1º Workshop da Política de Mananciais** - A Agência PCJ ficou responsável pelo convite, envio da pauta, elaboração da programação e inscrições para todas as prefeituras no âmbito dos Comitês PCJ. **2. Abertura da 20ª Reunião Ordinária e do Workshop, Recepção e Coffee-break (itens 1 e 2 da pauta):** O credenciamento acompanhado do coffee-break foi aberto à partir das 8 h. O Sr. João Demarchi (IZ/APTA/ SAA), secretário do GT-Mananciais, atuando como mestre de cerimônias, fez a abertura da reunião às 9 h com um convite para que todos os presentes se assentassem, agradecendo em seguida o espaço cedido pela anfitriã desta reunião a Profª. Luiza I. Ferreira, representante da PUC na CT-RN e no GT-Mananciais. Para formação da mesa oficial e pronunciamentos iniciais forma chamados a frente o Diretor Presidente da Agência de Bacias PCJ, Sr. Sérgio Razera, o coordenador da CT-Rural, Sr. João Baraldi (SR de Rio Claro), o Sr. Petrus Weel (Cooperativas de Holambra) para representar a coordenação do GT-Mananciais e o Sr. Luiz S. Teixeira (Fundação Florestal) para representar a coordenação da CT-RN. O Sr. João Demarchi comemorou a presença de mais de vinte municípios e comentou sobre os objetivos do Workshop, em especial a apresentação da Política de Mananciais e do Edital/2018 para os municípios apresentarem projetos para os programas I e II, bem como a oportunidade dos interessados presentes tirarem as dúvidas sobre o edital. Finalmente, enfatizou a importância do trabalho coletivo de tantas pessoas envolvidas da Agência e das câmaras técnicas CT-Rural e CT-RN no processo, sendo que há competência de muitos destes para apresentar e representar todo o processo de desenvolvimento e de resultados já obtidos com a política pública de proteção e conservação dos mananciais e de desenvolvimento e valorização dos produtores rurais.Todas as falas foram unânimes em ressaltar o esforço e os excelentes resultados que vêm sendo obtidos na destinação de recursos da cobrança pelo uso da água não só mais para saneamento, mas também para a infraestrutura verde ou natural (restauração florestal e manejo de solos). O Sr. Petrus salientou que no seu entendimento podemos aumentar a disponibilidade de água sem grandes obras ou tecnologias muito complicadas, de fácil acesso para qualquer economia ou realidade local. A estratégia é o aumentar a área permeável e que propicie a infiltração de água no solo, e não seja rapidamente escoada pelos bueiros ou pelos rios para outras bacias hidrográficas, sem a necessária permanência dessa água nas bacias PCJ. As principais práticas estão correlacionadas com a conservação dos solos, terraços, curvas em nível, uso do plantio direto, barraginhas ou cacimbas e redução das áreas impermeáveis nas áreas urbanas através de várias práticas de incentivo e ou de políticas públicas voltadas para esse fim. **3. Secretaria – Aprovação da minuta da ata anterior (19ª Reunião Ordinária) e Informes Gerais:** Em função do formato de workshop, a secretaria não avaliou e ou aprovou a minuta de ata da reunião anterior bem como fez qualquer informe. Estas atividades foram transferidas para a próxima reunião ordinária (21ª). **4. Apresentação da Política de Mananciais - João José Demarchi (item 3 da pauta/programa):** A política está disponível no site dos comitês PCJ para consulta do seu conteúdo integral, bem como pode ser solicitada a apresentação realizada. **Deliberação dos Comitês PCJ nº 284/2017, de 15/12/2017** *Aprova nova redação da Política de Recuperação,Conservação e Proteção dos Mananciais no âmbito da área de atuação dos Comitês PCJ - Política de Mananciais PCJ e dá outras providências.* A apresentação do Sr. João Demarchi tratou da estrutura geral da Política, seus programas e instrumentos de implementação, além de breve histórico do desenvolvimento da mesma. A questão da interdisciplinaridade promovida pelas CTs RN e RURAL, envolvendo inclusive outras áreas de conhecimento tratadas no âmbito dos Comitês PCJ, trouxe grandes ganhos às discussões e aos resultados preliminares já conseguidos. João Demarchi enfatizou que a Política está em construção, representando hoje, um processo contínuo. A Deliberação ainda passará por mais adequações inerentes aos seus programas, sendo que a estrutura definida permanece a mesma. A Sra. Cláudia salientou a importância de valorização da equipe, especialmente pela soma das câmaras técnicas que representam os "ambientalistas" (CT-RN) e os "ruralistas ou proprietários rurais" (CT-RURAL) e da busca pelo equilíbrio entre o saneamento, restauração florestal e manejo de solos. **5. Apresentação do Edital 2018 da Política de Mananciais - equipe Agência PCJ (item 4 da pauta/programa):** O edital foi explanado pelos técnicos da Agência das Bacias PCJ. Sr. Leonardo apresentou o tópico "Calendário do Edital 2018", em seguida Srta. Maria Eugênia apresentou o "Programa I" da Política de Mananciais do Edital2018, e a Srta. Marina finaliza a explanação do Edital, com o item "Programa II" da Política de Mananciais do Edital 2018. O Edital na íntegra pode ser encontrado no site dos Comitês PCJ - **Deliberação dos Comitês PCJ nº**

285/2017, de 15/12/2017. *Define cronograma e regras para seleção de áreas e de propostas no âmbito da Política de Recuperação, Conservação e Proteção de Mananciais dos Comitês PCJ – Política de Mananciais PCJ, visando à contratação no âmbito do PAP-PCJ 2017-2020, com recursos da cobrança pelo uso dos recursos hídricos de domínio federal – Cobrança PCJ Federal.* **6. Apresentação da maquete com simulação de parte do ciclo da água em uma bacia hidrográfica com ou sem cobertura florestal e correto manejo de solos - Jaguatibaia (item 5 da pauta/programa):** O Sr. José Carlos Perdigão (Jaguatibaia) aproveitou o período de intervalo de coffee-break para fazer uma apresentação da maquete da associação que simula o ciclo da água em uma bacia hidrográfica que apresenta áreas com ou sem cobertura florestal e boa proteção dos solos, causando excelente impacto visual em todos os presentes pela forma didática com que prova a necessidade de investimentos em infraestrutura verde nas bacias hidrográficas. **7. Apresentação dos Projetos e experiências em andamento no âmbito da Política de Mananciais PCJ - Marina Peres Barbosa (item 6 da pauta/programa):** A apresentação teve como objetivo trazer aos presentes e interessados as experiências e aprendizados acumulados das iniciativas realizadas. Sendo assim, a Srta. Marina conduziu a apresentação do panorama síntese, por meio de vídeos e imagens, das experiências e iniciativas dos seguintes municípios: Holambra – Projeto de adequação ambiental, já concluído e com intervenções em fase final de execução; Jaguariúna – Projeto de PSA sólido, em andamento, com pagamento ao produtor rural sendo realizado; Jundiaí – Projeto de Adequação Ambiental em andamento; Analândia e Charqueada-São Pedro - Projetos de adequação ambiental em fase inicial para construção dos PIPs; e Limeira - Chave de tomada de decisão e principais desafios da captação de recursos (edital FMMA 001/15). **8. Dúvidas e Questionamentos (item 7 da pauta / programa):** Após a formação de uma nova mesa composta pelo mediador Sr. Henrique Bellinaso (CATI/SAA), Cláudia Grabher (INEVAT), Denis Herrison Silva (CATI/SAA) e Marina Peres Barbosa (Agência PCJ), foi aberto espaço para perguntas: Miguel Milinski (DAE Rio Claro) – Questionou se é possível que a Agência disponibilize as planilhas para orçamento dos PIPs, vide comentário sobre a metodologia desenvolvida por empresa contratada pela Agência para tal. Marina (Agência PCJ) respondeu que sim, a Agência irá disponibilizar em seu site institucional, na seção "Proteção de Mananciais", mas salientou que para protocolo de Áreas no Programa I da Política, não é necessário (pré-requisito) o envio de planilha e cálculos de orçamento relacionados a PIPs. Isabel (PM de Jundiaí) – Questionou a respeito do limite de protocolo de propostas. Marina (Agência PCJ) esclareceu que não foram estabelecidos limites para número de propostas a serem protocoladas, nem mesmo valores máximos para tais. Questionou ainda sobre como seriam consideradas várias propriedades elencadas em uma única microbacia, no que diz respeito à caracterização de uma proposta ou área (Programa II ou I). Marina esclareceu que uma microbacia, devidamente caracterizada e com a identificação das propriedades como áreas contíguas, representa uma proposta ou área. Murilo (Prefeitura Municipal (PM) de Rio das Pedras) – Questionou a respeito do estabelecimento de valores máximos para as propostas a serem protocoladas. Marina (Agência PCJ) esclareceu que não foram estabelecidos limites para propostas no âmbito do Programa II, porém, conforme apresentação exibida, o total de recursos disponíveis para investimento via Edital é de R$ 7,6 mi (Cobrança Federal (PAP-PCJ 2017-2020). Questionou ainda a respeito da existência de áreas urbanas ou de expansão urbana, na área de abrangência da microbacia hidrográfica que venha a ser objeto de protocolo de área ou proposta. Marina esclareceu que a Política de Mananciais PCJ, em sua última atualização ocorrida em dez/17, passou a considerar tanto as áreas rurais como as urbanas, no gerenciamento e proposição de ações de adequação ambiental, com a exceção de áreas já objeto de loteamentos e afins. Murilo finalizou os questionamentos, perguntando se é possível a formação de uma única UGP para o acompanhamento de mais de um projeto e/ou ação. Henrique (CT-RN) respondeu que sim, não existe impedimento. Érica (PM de Salto) – Questionou se tanto a UGP como a UCE devem ser instituídas por Lei e ainda, se podem ser as mesmas organizações e instituições, as participantes. Marina (Agência PCJ) esclareceu que a UGP deve ser uma rede de lideranças locais, formada com o objetivo de garantir o acompanhamento e a continuidade de um projeto, programa ou ação, levando em consideração as mudanças inevitáveis na administração pública. A UGP é pré-requisito do Edital, tanto para o Programa I como para o II. Já a UCE representa uma unidade executora, contratada para monitoramento em campo, de um projeto ou programa, geralmente atrelado a PSA. Érika perguntou se os técnicos da UCE, podem ser funcionários da prefeitura municipal. Marina respondeu que não existe impedimento. Érika finalizou seus questionamentos, colocando em pauta a questão da existência de nascentes que contribuem para com o abastecimento de um município, e que estejam localizadas fora do mesmo.

Henrique (CT-RN) esclareceu que essa é uma tendência de gestão conjunta dos recursos hídricos, que vem sendo iniciada por alguns municípios e é bastante positiva para com os resultados ambientais desejados e tão almejados no âmbito das Bacias PCJ. Não existe impedimento. Rinaldo (CT-RN) – Questionou a respeito dos diferentes termos de anuência a serem assinados pelos proprietários rurais, nas diversas etapas das ações de restauração ecológica. Marina (Agência PCJ) esclareceu que existem três momentos e três termos distintos a saber: Termo de Autorização (anteriormente ao início das atividades relativas ao projeto – ex. PIP, para autorização dos trabalhos), Termo de Interesse (após a finalização do projeto e anteriormente à execução das ações de restauração ecológica, para firmar o interesse em receber as ações) e Termo de Concordância e Compromisso (após a restauração e com a finalidade de formalizar o compromisso de zelo pela área). Henrique (TNC) – Fez uma colocação sobre a questão de uma determinada PM (Prefeitura Municipal) ser geralmente a proponente, quando do protocolo e submissão de proposta, com a possibilidade de ser um interveniente, conforme informações obtidas da ANA – Agência Nacional de Águas, no âmbito do Edital Produtor de Água da referida Agência. Geraldo (HC2) – Fez uma colocação a respeito da importância de salientar junto aos proprietários rurais, quando da abordagem inicial, as particularidades da anuência requerida, no âmbito dos três termos definidos na Política de Mananciais PCJ. Maria Eugenia (Agência PCJ) e Henrique (CT-RN) esclarecem que esse cuidado tem sido preconizado durante o planejamento dos projetos de adequação ambiental em execução, sendo que a UGP acompanha todo o processo de mobilização, que conta geralmente com técnicos extensionistas da CATI, os quais já possuem o preparo necessário à abordagem. Ariane (PM de Limeira) – Questionou a respeito do conteúdo necessário aos PIPs mais simplificados com relação ao modelo estabelecido na Política de Mananciais PCJ, como serão avaliados? Henrique (CT-RN) esclareceu que o conteúdo a ser avaliado no PIP deve estar condizente com as ações a serem executadas, sendo que o GT-Mananciais e a Agência PCJ avaliarão todos os conteúdos, no período definido para as análises, respeitando os prazos do Edital. Marina (Agência PCJ) complementou que, os recursos hoje disponíveis, independentemente das demais ações previstas nos PIPs, são exclusivamente para restauração ecológica. Para as demais ações necessárias, outras fontes e parcerias serão buscadas. Sérgio (Diretor Presidente da Agência PCJ) – Salientou a importância da apresentação das demandas dos municípios, nesta etapa do Edital, a fim de que a Agência possa compor uma "carteira de projetos", visando investimento em PIPs, para buscar recursos advindos de compensações ambientais, para ampliação das ações de execução voltadas à restauração ecológica. PM de Campinas – Questionou se o Programa I precisa ou não estar atrelado a um Programa ou Projeto de PSA. Marina (Agência PCJ) confirmou que não, o Programa I é independente de ações de PSA e diferencia-se do Programa II nesse quesito. Perguntou ainda, se para o Programa I, no caso da execução de restauração ecológica, é preciso fornecer contrapartida. Marina esclareceu que a contrapartida é aplicável apenas ao Programa II, no caso do PSA "incentivo econômico. Os representantes da PM de Campinas questionaram ainda sobre organizações com a mesma função e estrutura requeridos à UGP, porém, com a denominação de Conselho, que diferencia-se do COMDEMA. Marina esclareceu que não existe impedimento. Foi colocada em pauta pela PM de Campinas, se existe a possibilidade futura de isenção de produtores rurais certificados, do pagamento da Cobrança pelo Uso da Água. O assunto deverá ser levado ao âmbito das CT's RURAL e RN. Denis (CT-RURAL) esclareceu que em alguns casos, mesmo que exista dispensa de cobrança, a cobrança continua. Marcos (PM de Atibaia) – Comentou sobre a existência exemplos de dotação orçamentária para PSA, como taxas específicas, IPTU verde, taxas de saneamento (regulação). Sérgio (Diretor Presidente da Agência PCJ) esclareceu que, no âmbito das tarifas gerenciadas pelas Agências Regulatórias dos serviços de saneamento, a recomendação é não aprovar percentuais de orçamento e sim valores. Tudo precisa estar previsto no orçamento do município, como exemplos, os casos do Estado de Santa Catarina (já implementado), Jaguariúna – SP e Jundiaí – SP (em vias de implementação). No contexto supracitado, a PM de Jundiaí comentou a dificuldade em manter fontes para investimento. Henrique (TNC) comentou a possibilidade das contribuições espontâneas, caso a caso. Sobre isso, Denis (CT-RURAL) salientou a volatilidade das intenções de contribuição voluntária. Ariela (PM de Saltinho) – Questionou a respeito da necessidade de padronização das metodologias de PSA. Marina (Agência PCJ) esclareceu que não existe essa exigência no Edital, sendo que cada município deverá apresentar a sua metodologia, bem como estabelecer os valores a serem pagos. Todos esses pontos serão avaliados na etapa das análises técnicas. Luiz Sertório (CT-RN) – Comentou que no caso das áreas agricultáveis, não é pertinente usar a metodologia do "custo de oportunidade". Miguel Milinski (DAE Rio Claro) – Falou da importância de investimento e fomento relacionado à promoção de orientações técnicas aos produtores rurais, de

maneira geral. PM de Salto – Questionou sobre o prazo para contratação do desenvolvimento dos PIPs, para as áreas que forem selecionadas no Edital. Marina (Agência PCJ) esclareceu que ao final do processo a Agência fará a análise de viabilidade financeira, contemplando ambos os programas, no que tange aos recursos disponíveis. Para o caso dos projetos a serem contemplados, será aberto processo licitatório e, ao final do mesmo, a Agência programará a sequência de desenvolvimento em cada um dos municípios, via ordens de serviço específicas à futura contratada. **9. Encerramento (item 8 da pauta):** O coordenador adjunto do GT-Mananciais Henrique Bellinaso (CATI), mediador da seção de perguntas, passou a palavra para a Sra. Patrícia Barufaldi, diretora técnica da Agência PCJ que agradeceu a todos os presentes, a equipe da Agência PCJ e das Câmaras Técnicas e em especial a Profª. Luiza (PUC) pela cessão do excelente espaço da PUC que viabilizou com muito sucesso este evento, dando por encerrado o 1° Workshop da Política de Mananciais PCJ. Por último, o secretário do GT-Mananciais, Sr. João Demarchi (IZ/APTA/SAA), também agradeceu o grande esforço de todos os envolvidos e às 13 h encerrou a 20ª Reunião Ordinária do GT-Mananciais, desejando a todos um bom retorno.

João José Assumpção de Abreu Demarchi
Secretário GT-Mananciais - CT-RN

João Primo Baraldi
Coordenador do GT-Mananciais - CT-RURAL

Henrique Bellinaso
Coordenador Adjunto do GT-Mananciais - CT-RN